

Dia Nacional de Mobilização

ADUR-RJ participa de ato no RJ, em defesa de **melhores condições de trabalho e do ensino público de qualidade**



Em 23 de maio, dia em que movimentos sociais e sindicais convocaram uma jornada conjunta de luta contra a política econômica do governo e ameaças de flexibilização de direitos trabalhistas, várias categorias paralisaram as atividades e marcharam pelo país. O MST promoveu bloqueios de estradas em pelo menos cinco estados, em defesa da Reforma Agrária.

AADUR-RJ participou da passeata no Centro do Rio de Janeiro, que partiu da Candelária à Avenida Rio Branco, protestando contra as Reformas Universitária, Trabalhista, Sindical e da Previdência. Os manifestantes criticaram as novas medidas anunciadas pelo governo, como o Reuni e o Professor-Equivalente. A Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e o Prof. Delson Lima Filho representaram a seção sindical no ato do dia 23.

Em vários estados, os funcionários públicos paralisaram as atividades naquele dia, em protesto contra medidas que ferem o direito de greve e a capacidade de negociação salarial da categoria.

Professores das Universidades Federais pararam no Pará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros Estados.

Outras categorias que protestaram em grande parte dos estados são servidores da Saúde, Polícia Federal, Ferroviários, Ibama e Inbra (que já estavam em greve), e boa parte dos servidores estaduais.

Leia mais nas páginas 5 e 6

**Informes do Plano
de Saúde Unimed
Costa Verde**

Página 7

Assembléia da ADUR-RJ

**Dia 6 de junho, quarta-feira, às
9h, no Quiosque da Associação.
PARTICIPE!**

REUNI, Universidade Nova e o “professor-equivalente”: nota do ANDES-SN

Há fortes indícios de que um projeto de reordenamento do papel da educação superior esteja em andamento no Brasil. Faz pelo menos uma década que parece prevalecer, nas esferas decisórias da política nacional, a idéia de que não cabe ao Brasil embrenhar-se em pesquisa básica, mas, sim, tornar-se um competente aplicador de tecnologias e processos desenvolvidos alhures, dedicando-se, portanto, no máximo, a bem planejadas incursões na pesquisa aplicada. Nesse contexto, universidades, que se estruturam segundo o preceito constitucional do tripé ensino-pesquisa-extensão, são desnecessárias e o regime de tempo integral e dedicação exclusiva é um desperdício.

As últimas ações governamentais, dentro do fartamente propagandeado Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, inserem-se entre as medidas consistentes com o papel que se pretende atribuir às universidades. O Programa REUNI é uma ação de coerção, que precisa ser entendida na correta dimensão da ameaça que configura, pois pode resultar no redesenho completo da função das universidades públicas federais. Acenando com verbas que não ultrapassam 10% a 20% do que atualmente é destinado às IFES, esse Programa pretende induzir os órgãos superiores das instituições a se comprometerem com expansões da ordem de 100%, no número de ingressantes, e de 200%, no das matrículas. Tais números estão escondidos por trás da “meta global”, anunciada logo no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o REUNI: elevar, num prazo de 5 anos, a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18.

Na sua essência este decreto, que formalizou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), não é diferente da primeira versão oficial deste “programa”, que circulou em alguns órgãos superiores das IFES entre fevereiro e março de 2007. Para compreender os fundamentos da ameaça que tal “programa” constitui, recomenda-se, pois, a leitura, a partir do site do ANDES-SN, da Nota que apresenta a análise daquela versão sob o título: “Universidade Nova – a face oculta da contra-reforma universitária”.

O histórico do decreto 6.096 é revelador. Começa a partir de outubro de 2006, com forte e continuada campanha contra o atual formato do ensino ministrado na maioria das universidades, apresentando alguns diagnósticos até verdadeiros, especialmente nas bocas dos reitores das universidades federais da Bahia e de Brasília. Em fins de 2006, começos de 2007, circula, em ambiente restrito, o documento não oficial do MEC com o nome de “Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras” – Decreto Presidencial. Nesse documento, o art. 1º especifica os objetivos do plano em 7 itens, dos quais a absoluta maioria tenta detalhar como se daria a revisão profunda da estrutura acadêmica, que evite uma “profissionalização precoce e fechada”, por meio da “introdução dos ciclos ou níveis de formação”.

No 6º item, finalmente, se afirma querer “produzir, por meio de novas arquiteturas curriculares, uma substancial redução das taxas de evasão e aumento de vagas...” No art. 2º, esta primeira versão daquilo que se tornaria o REUNI, detalha, em nove itens, as diretrizes específicas para as IFES, a serem apresentadas num edital. Estas reafirmam a indução a ciclos de ensino, à expansão, em geral, e dos cursos de formação de professores e daqueles “associados à política industrial e de inovação tecnológica”, em particular. A utilização dos recursos e ferramentas da modalidade de educação a distância, inclusive nos cursos presenciais é recomendada. A adesão se daria por “manifestação de seu representante legal, apoiada (!) (sic) em deliberação de seus órgãos superiores de gestão”. Chama a atenção, denunciando a intenção, o parágrafo único do art. 6º: “a universidade poderá submeter à apreciação do Ministério da Educação, com a finalidade de assegurar a realização das metas do Plano, e em caráter complementar, a contratação de docentes e servidores técnico-administrativos. A formulação do art. 7º, que se refere à UAB, denuncia que a versão foi elaborada antes da publicação do referido decreto, em junho de 2006. No Anexo ao documento aparecem as metas, para 5 anos: 90% para a taxa de conclusão e 18,0 para a relação “professor/aluno de graduação” (sic), permitindo expansões de 89% nos ingressos de 182% nos concluintes. Para custeio (2012) estariam previstos apenas 860 milhões para professores e 153 milhões para servidores, caracterizando a expansão sem qualidade. Ao todo, no Anexo ao documento são previstos, entre investimentos e custeio projetados, R\$ 3,75 bilhões, número esse que vem sendo divulgado pelos meios de comunicação.

Até chegar à sua versão final, ou seja, o Decreto 6.096, houve tentativas da ANDIFES, não aceitas, de abrandar as exigências draconianas, tentando incluir alunos de pós-graduação na razão 18,0 e “democratizar” um pouco a sistemática de acompanhamento da execução (que prevê a liberação de verbas condicionada ao cumprimento das etapas, acordadas, para o atingimento das metas), pelo estabelecimento de uma comissão tripartite (MEC + ANDIFES + ESPECIALISTAS).

Como prova mais definitiva sobre quem, de fato, manda nos projetos de educação, o Decreto 6.096/07 veio com modificações, introduzidas no caminho entre MEC e Casa Civil: mudou, entre outros, a formulação dos incisos I e II do art. 3º, que trata dos recursos financeiros, todos estritamente vinculados aos objetivos do programa. A menção, no item II, quanto à “compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos” abre uma brecha enorme para que parte, dos extremamente poucos, recursos sejam desviados para a compra de “pacotes educacionais”, produzidos até no exterior, com vistas a acelerar a implantação do programa, gerando conseqüências imprevisíveis a médio e longo prazos.

Como resumo, pode ser dito que o MEC trabalha com a hipótese de que possa ser mantido basicamente o quadro atual de docentes na “nova arquitetura”, na medida em que:

- (i) a razão de 18 estudantes de graduação por professor, que segundo a estatística do MEC/INEP é equivalente à que se verifica em média nas superlotadas classes do Ensino Médio nacional, permite quase uma duplicação de ingressos, sem contratação adicional de docentes;
- (ii) adicionalmente, o aumento da taxa de conclusão média, dos atuais 60% para 90%, levaria à triplicação dos concluintes sem investimentos adicionais;
- (iii) para cumprir as metas, com o financiamento proposto, a reestruturação terá que se valer de um ciclo básico polivalente, no estilo “Universidade Nova”.

Neste contexto, a Portaria Interministerial nº 22 MEC/MP, de 30 de abril de 2007, que institui o “banco de professores-equivalente”, como instrumento de gestão, cai como uma luva. Prevê-se a administração deste “banco” por parte das universidades federais, podendo estas realizar concursos para professor de 3º grau, condicionado à existência de cargo vago no seu quadro, e contratar professor substituto, dentro das hipóteses previstas por lei.

O “banco” foi construído dando-se a cada docente, em exercício em 31/12/06, um peso diferenciado, segundo sua condição de trabalho. Assim, um docente em dedicação exclusiva vale um pouco mais do que 3 professores em regime de 20h; 4 docentes em 40h equivalem a 5 professores substitutos, todos também em regime de 40h ou a 10 professores substitutos em regime de 20h.

Portanto, é previsível que o aceno, no art. 6º da Portaria 22, para “novas autorizações”, que precisarão ser obtidas por ato conjunto do MEC e do MPOG, para contratação de docentes, “correspondentes à expansão das universidades federais”, já expressas em professores – equivalente, a serem feitas “por acréscimo ao banco constituído na forma desta Portaria”, não resultará em números expressivos, já que o PAC limitou, por 10 anos, a expansão das folhas de pagamento a apenas 1,5% ao ano, o que corresponde aproximadamente ao crescimento vegetativo da despesa com pessoal.

Como resultado final, é previsível que os reitores, que formalmente não abdicaram da autonomia de suas universidades, mas o fizeram na prática, ao se submeterem às pressões exercidas pelo governo para que concordassem com uma expansão de vagas sem garantias mínimas do financiamento correspondente, premidos pelas metas impostas à graduação, abdiquem dos contratos em DE, da pós-graduação e da pesquisa mais dispendiosa, bem de acordo com o novo modelo que cabe às universidades dentro do projeto de inserção subalterna do país no contexto mundial da dita “globalização”.

Brasília, 10 de maio de 2007
Diretoria do ANDES-SN

Os referidos documentos estão disponíveis na página da ADUR - www.adur-rj.org.br

Professores decretam greve na USP e na Unicamp

Os filiados da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) decretaram greve geral da categoria, em assembleia do dia 23/5. Eles protestam contra os decretos de governo José Serra, que ferem a autonomia da Universidade. Exigem também a retirada do Projeto de Previdência do Executivo, cobrando mais investimento do Estado em Educação. Os docentes reivindicam negociações para que se cumpra as reivindicações da Campanha Salarial de 2007, e defendem a implementação de políticas efetivas de permanência estudantil na USP, Unesp e Unicamp, colocando-se contra o uso de violência policial para a desocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo, onde os estudantes estão acampados, sob protesto, desde o dia 3 de maio.

Os professores da Universidade de Campinas também decretaram greve no dia 23. Exigem como prioridade a revogação dos decretos e a extinção da Secretaria de Ensino Superior, em defesa das universidades paulistas, que têm sido ameaçadas pelo governo Serra.

Metamorfoses na deliberação do Consuni impõem o Reuni como fato consumado na UFRJ

Por Roberto Leher - Professor da Faculdade de Educação da UFRJ

O Decreto 6096/07 (REUNI) não deixa margem a dúvidas: é um contrato de gestão entre as IFES e o MEC objetivando a “reestruturação” das universidades federais como condição para a sua “expansão”. Em função de seu alcance e profundidade, ao ser examinado pelo Conselho Universitário, em sessão de 26 de abril do corrente ano, o Conselho deliberou a: Discussão sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação. Após ampla discussão, o Conselho Universitário resolveu: a) Constituir Comissão, composta de 5 (cinco) membros do CONSUNI, 5 (cinco) membros do CEPG, 5 (cinco) membros do CEG e 3 (três) indicados pela Reitoria, para análise da proposta de Plano de Desenvolvimento da Educação e organizar o processo de discussão no âmbito da UFRJ. (Boletim, 10, 10 de maio de 2007).

O encaminhamento proposto pelo CONSUNI foi correto e coerente com os procedimentos acadêmicos, tendo em vista a complexidade da matéria e, sobretudo, as profundas implicações do PDE para as atividades de ensino e, mais amplamente, para toda a vida universitária no país.

Nos mesmos moldes dos contratos de gestão do Plano Diretor da Reforma do Estado, o REUNI contém metas a serem atingidas como contrapartida aos possíveis recursos do MEC, como a quase duplicação do número de estudantes de graduação e a drástica redução da evasão – metas de expansão que, em abstrato deveriam ser celebradas por todos os que defendemos a criação de condições para que a educação superior universitária possa ser garantida a todos os estudantes que desejem prosseguir seus estudos, em particular os provenientes das classes trabalhadoras.

A questão de fundo que indubitavelmente seria constatada pela Comissão é que o MEC, por meio de seu projeto denominado Universidade Nova, pretende promover essa ampliação de vagas por meio de cursos aligeirados, expresso em uma graduação minimalista nos moldes dos “community colleges” estadunidenses e do processo de Bolonha, promovido pela União Européia, situação que desarticulária todo sistema de formação da UFRJ que, a despeito de suas insuficiências, ainda assegura elevada qualidade de formação aos seus estudantes. E, como se não bastasse, a graduação minimalista será o ponto final da trajetória “(semi) universitária” da grande maioria dos estudantes, caso o MEC não repasse para as IFES recursos substanciais. Como o Decreto do MEC permite antever que esses recursos serão muito pequenos, situação confirmada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, como pode ser visto a seguir, a UFRJ es-

tará legitimando a exclusão da grande maioria dos estudantes de uma graduação plena, verdadeira, capaz de assegurar uma formação profissional.

Seguramente a Comissão constataria que os recursos previstos pelo governo Federal (Decreto 6096/07) para essa “reestruturação” e expansão: “até 20% do equivalente ao orçamento de cada IFES, exclusive o custo da folha de aposentados e pensionistas” são demasiadamente reduzidos, impedindo a expansão de fato universitária (daí a fórmula da graduação minimalista da Universidade Nova). Considerando o orçamento médio do MEC para as IFES (2003-2006), isso significaria cerca de R\$ 1,2 bilhões para todas as 53 Universidades Federais. Apenas para indicar a ordem de grandeza desse montante, caso cada uma das universidades federais recebesse o mesmo montante, teríamos algo como R\$ 22 milhões ao ano para cada instituição. Certamente, a Comissão constataria que os recursos previstos não permitiriam cumprir as metas mantendo o imprescindível padrão de qualidade que a UFRJ tem assegurado em seus cursos, lembrando que com estes recursos as universidades terão de custear a infra-estrutura e as novas contratações de docentes (Dec. 6096/07, Art.3, inciso III). Dificilmente passaria despercebido da Comissão que, a rigor, o MEC sequer assegura o montante de até 20%: “o atendimento do Plano de cada IFES é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC” (Dec. 6096/07, Art.3, §3o).

Quando a Portaria nomeando a Comissão foi editada, em 02 de maio de 2007, as suas atribuições foram substantivamente ampliadas: O Reitor (...) Resolve nomear Comissão para avaliar o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PDE, e propor diretrizes para as ações a serem encaminhadas pela UFRJ (...) (Portaria nº 1345, de 02 de maio de 2007). A Portaria deixou abertas duas possibilidades:

(1) que a Comissão iria elaborar um grande diagnóstico das insuficiências da UFRJ, objetivando desenvolver, autonomamente, um esboço de ações para ampliar, de fato, o acesso da juventude à UFRJ (e nesse escopo a UFRJ avaliaria o REUNI) e

(2) o que seria surpreendente, a elaboração de diretrizes que assimilam o REUNI como um dado, um pressuposto. Por que a última alternativa seria surpreendente? Porque, claramente, o CONSUNI não deliberou por este posicionamento (vide a ata no Boletim nº10 supracitada) e, também, porque o debate não foi realizado pela UFRJ com a profundidade necessária e, a

bem da verdade, a Comissão não pôde examinar as conseqüências da "reestruturação da UFRJ" vis-à-vis ao REUNI e tampouco pôde organizar o debate internamente, como seria sua legítima atribuição.

A alternativa mais preocupante se confirmou. Apenas uma semana mais tarde, em 11 de maio, a Presidente da mencionada Comissão enviou uma carta aos Diretores, Decanos e Pró-reitores, estabelecendo: Instruções para preparação e encaminhamento de seus projetos e iniciativas, que subsidiem a elaboração da proposta da UFRJ. O plano de reestruturação da UFRJ, a ser submetido ao MEC, deverá estar em conformidade com diretrizes e regras estabelecidas pelo Decreto citado, que cria o Programa REUNI.

Independente de aspectos pontuais contidos na Carta, muitos deles meros, o busilis da questão é a incorporação do REUNI como um fato consumado, criando a falsa impressão de que um consenso foi forjado na UFRJ. A partir desse fato, as unidades, premiadas pelas orientações da administração e pelo estrangulamento financeiro, estão se vendo constrangidas a apresentar, a toque de caixa (menos de duas semanas) os seus projetos, temendo ainda maior restrição financeira.

Essa é a perversidade do contrato de gestão: como o governo impõe, unilateralmente, as suas metas no projeto Universidade Nova como condição para liberação de recursos, as instituições acabam vitimadas pela chantagem econômica e, assim, a discussão acadêmica sobre o significado do Decreto 6069/07 é completamente descartada, como se a criação da graduação minimalista, a contratação de professores com recursos próprios, mas não garantidos, fossem assuntos burocráticos e irrelevantes.

"(...) serão recomendadas prioritariamente pela Comissão aquelas que apresentem clara articulação entre diferentes unidades e entre as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no REUNI."

O que fazer?

O artigo 207 da Constituição Federal é uma norma bastante em si que assegura a autonomia universitária. Compete ao Conselho Universitário

zelar por esse preceito, exigindo que o MEC não imponha nenhuma chantagem econômica sobre a instituição e, nesse sentido, poderia questionar os termos do Decreto 6096/07, como tem feito ao longo de sua história sempre que existe uma medida governamental que desrespeita a autonomia. Arigor, foi esse o gesto do Conselho superior da UFRJ quando corretamente deliberou pela análise e discussão do REUNI.

Certamente, se o CONSUNI reavaliar a cadeia de acontecimentos que levou a exigência de que as unidades se ajustem aos imperativos da Universidade Nova/REUNI até o próximo dia 25 de maio, constatará que o tempo foi tão acelerado que o debate não pôde acontecer.

O mais sensato parece ser retomar a deliberação original de 26 de abril, de modo que a Comissão avalie e organize o debate sobre o REUNI na UFRJ. É crucial também que as Congregações não deixem de se pronunciar sobre a necessidade de que a completa reestruturação da UFRJ seja ampla e democraticamente discutida em todos os âmbitos da UFRJ, com base em um calendário que assegure o debate. Os recursos, como visto, modestos, não podem servir de moeda de troca à completa descaracterização de todo o patrimônio científico, tecnológico, artístico e cultural edificado pela UFRJ que esperamos possa ser destinado a muitos, mas com a qualidade da UFRJ e não com um padrão minimalista.

Contraditoriamente, a resistência ativa ao Decreto pode contribuir para que a UFRJ elabore a sua agenda de expansão do acesso ao ensino universitário com qualidade, notadamente por meio de forte ampliação dos cursos noturnos e da adoção de medidas que promovam a articulação da instituição com a educação básica pública, apresentando o que a instituição considera necessário em termos de pessoal e de infra-estrutura para o atendimento das metas previstas em seu plano de expansão autonomamente estabelecido pelos seus colegiados a partir de um amplo debate em que todos os que fazem a universidade pública sejam protagonistas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 07

FONTE: Jornal da ADUFRJ

Assembléia da ADUR-RJ aprova 23 de maio como dia de MOBILIZAÇÃO



FOTO: ALINE PEREIRA

No dia 16 de maio, a ADUR-RJ realizou Assembléia Geral para discutir os seguintes pontos de pauta: 1) Decreto nº 6096/07 (REUNI); 2) Portaria Normativa nº 22, que institui a proposta de Professor Equivalente; 3) Mobilização Nacional para o dia 23 de maio e 4) Assuntos Gerais. Os trabalhos foram presididos pela Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e secretariados pela Profa. Celia Regina Otranto.

Inicialmente, a Profa. Lenir informou que esteve representando a seção sindical na reunião do Setor das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) e na Plenária dos Servidores Públicos Federais, ocorridas em 5 e 6 de maio. Ela repassou aos docentes os principais encaminhamentos das reuniões em Brasília. Um dos mais importantes era o de que cada seção sindical promovesse a mobilização na Universidade, para denunciar as últimas medidas do governo federal, que ameaçam o ensino público das IES. O ANDES-SN convocou todos os docentes para que participassem de uma paralisação nacional no dia 23 de maio.

A Assembléia da ADUR-RJ não deliberou pela paralisação, mas sim para que, na UFRJ, 23 de maio fosse um dia de MOBILIZAÇÃO, cabendo aos professores da Universidade denunciarem todas as medidas que o governo tem adotado e que ameçam o ensino público de qualidade. Após discutir amplamente cada ponto de pauta, a Assembléia da ADUR-RJ aprovou que a mobilização

do dia 23 de maio deveria seguir o mesmo eixo de luta proposto pelo ANDES-SN, que se coloca contra as reformas neoliberais do atual governo.

Foi deliberado também que a ADUR-RJ elaborasse e divulgasse um panfleto para a comunidade universitária, com o intuito de informá-la sobre as últimas reformas governamentais.

A Diretoria da ADUR-RJ conclamou a comunidade para que participe de ato público, realizado no Centro do RJ, em 23 de maio.

O discente Italo Franco, aluno do curso de Engenharia de Alimentos, pediu a palavra para sugerir que os professores reservassem dez minutos diários de suas aulas para explicar aos estudantes o que tem acontecido nacionalmente, com o objetivo de conscientizá-los de que o momento político é grave. A proposta do Ítalo foi aprovada.

Em seguida, a Profa. Celia Otranto disse que representaria a ADUR-RJ, nos dias 19 e 20 de maio, em reunião do GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) do ANDES-SN, em São Paulo.

Seu intuito é trazer para a UFRJ a discussão realizada nacionalmente a respeito do Decreto que institui o Reuni, da Portaria Normativa que determina o Professor-equivalente e do Decreto 6095, de 24 de abril de 2007, sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

NÃO VAMOS PAGAR O PAC

Contra a política neoliberal de Lula da Silva, ato público reúne milhares de manifestantes no RJ

O tempo chuvoso e o trânsito caótico no Rio de Janeiro não impediram que milhares de pessoas participassem do Dia Nacional de Lutas, em 23 de maio. A ADUR-RJ esteve presente no ato, tendo sido representada pela Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e pelo Prof. Delson Lima Filho.

Representantes de diversas entidades sindicais e movimentos sociais organizados marcharam da Candelária à Avenida Rio Branco, ocupando as pistas de uma das ruas mais importantes do RJ. Protestaram em frente ao

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério da Fazenda, onde reafirmaram várias palavras de ordem contra a política neoliberal do governo Lula da Silva.

Os profissionais de educação da rede municipal também participaram do ato. Eles pararam suas atividades por 24 horas, tendo reunido mais de 5 mil pessoas em frente à Prefeitura do Rio, onde houve confronto com a polícia. Eles protestavam contra a aprovação automática dos alunos pelo Prefeito César Maia.

Servidores do INCRA, IBAMA,

Arquivo Nacional, Cultura, Metroviários, Bancários e representantes de outros setores do funcionalismo também participaram do ato, defendendo melhores condições salariais e de trabalho.



Em defesa da Universidade pública e contra as reformas neoliberais do governo Lula, com o seguinte eixo de luta:

- exigência do estabelecimento de negociações efetivas entre o governo e os servidores públicos federais, com vista à Campanha Salarial de 2007;
- denúncia da criação da figura do professor equivalente, instituído pela Portaria Interministerial nº 22;
- denúncia do decreto que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- denúncia da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), por meio do Decreto 6095, de 24 de abril de 2007;
- rejeição ao Projeto de Lei 001/2007, que congela o reajuste do funcionalismo público até o ano de 2016;
- rejeição à minuta de Lei de Regulamentação do Direito de Greve no serviço público federal.



Dia de MOBILIZAÇÃO na UFRRJ: contra REUNI e precarização do trabalho docente

Por deliberação de Assembléia da ADUR, dia 23 de maio foi um dia de mobilização na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Logo cedo, a Diretoria e os funcionários da Associação estiveram na entrada da Universidade panfletando. A ADUR-RJ, com o auxílio do Conselho de Representantes da seção sindical, produziu um texto que denunciava as últimas medidas governamentais, que interferem nas Instituições Federais de Ensino Superior.

O panfleto explica o Decreto nº 6096/07, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este documento estabelece como meta a ser cumprida em cinco anos: a elevação da relação aluno/professor para “dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (art.1º, 1º§).

Atualmente, segundo o Decanato de Graduação da UFRRJ, a relação é de 12 alunos para cada professor, porém, o REUNI determina que esta seja de 18 para um – desconsiderando a já precarizada relação de trabalho que enfrentamos nas Universidades.

Para atender o que preconiza o Decreto precisaríamos aumentar em aproximadamente 50% o número de estudantes da UFRRJ. O mesmo decreto ainda prevê a possibilidade de que a Universidade receba o equivalente a 20% das despesas de custeio e de pessoal, montante este que será distribuído ao longo de cinco anos (art.3º, 1º§), condicionada à expansão da Universidade. Os 20% que a instituição receberá a mais serão destinados apenas aos gastos relati-

vos à expansão – excluindo os aposentados e pensionistas, como também a resolução dos problemas que já enfrentamos.

O panfleto distribuído pela ADUR-RJ também denuncia a Portaria Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, que institui o “banco de professores-equivalente”. Isso quer dizer que, para realizar concursos, as IFES devem contratar um professor igual ao que gerou a vaga ou um equivalente. Tal “banco” foi construído dando-se a cada

docente um peso diferenciado, segundo sua condição de trabalho.

Um professor contratado em regime de Dedicção Exclusiva (DE - 40h), que realiza ensino, pesquisa e extensão, poderá ser “trocado” por quatro professores substitutos (20h), que se dedicam apenas ao ensino. Além disso, um substituto tem contrato de trabalho precarizado.

Esta será a única forma de ampliar o quadro de professores na Universidade, comprometendo o tripé ensino-pesquisa-extensão. Se analisarmos a Portaria juntamente com o Decreto e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que limitou, por 10 anos, a expansão das folhas de pagamento ao acréscimo de apenas 1,5% ao ano, chegaremos à conclusão que este acréscimo não dará para cobrir nem mesmo as despesas decorrentes da progressão funcional. Esse 1,5% corresponde às despesas com salários e outros encargos da instituição (luz, telefone, etc). Isso significa que não haverá reposição salarial na próxima década, como determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que foi acrescida de vários artigos, em especial o Art. 71-A.



CONTRA O REUNI. PELO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE.

ADUR INFORMA PÁGINA 5

Estudantes exigem passe livre e lutam contra reformas

Estudantes secundaristas também participaram do ato, em defesa do passe-livre. No dia anterior, muitos protestaram contra a retirada deste direito.

Universitários engrossaram o coro contra todas as medidas que ameaçam o ensino superior. Katiussia F. Rodrigues, aluna da Universidade Federal Fluminense, disse que as pessoas têm percebido o aumento dos ataques governistas e que, por isso, havia muito mais participantes no dia 23 do que na passeata ocorrida em 17 de abril.

Thiago Baptista, estudante de música na Uni-Rio, afirmou que apenas com a unidade entre alunos, técnicos e professores é possível reverter o quadro

de desmobilização nas Instituições de Ensino Superior.

Concordando com Thiago, Daniel Tomazine afirmou que o encontro havia sido vitorioso. “O ato foi um sucesso. As pessoas estão se conscientizando de que a ameaça é real, e gradativamente temos conseguido ‘sacudir’ aqueles que estão desmobilizados”, disse o estudante.

Os representantes discentes disseram que protestavam não só contra a Reforma Universitária, mas também contra as reformas trabalhista, sindical, da previdência, e contra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que aprofunda a política neoliberal do governo Lula.



Reunião dos SPF avaliará conjuntura nacional

Dia 02 de junho haverá nova reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em Brasília. AADUR-RJ será representada pela Profa. Lenir Furtado. O Setor das IFES pretende discutir a conjuntura nacional e avaliar o ato do dia 23. Também estão em pauta a definição da proposta de tabela salarial, além dos informes nacionais e da diretoria do ANDES-SN.

Os presentes na reunião do Setor das IFES ainda irão se preparar para a Plenária Nacional dos SPF, convocada pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), para dia 3 de junho.

MST: “Globalizemos a luta. Globalizemos a esperança”

Representantes do MST participaram da manifestação do dia 23, reivindicando a urgência de uma proposta de Reforma Agrária para o país. Uma das líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra disse que era hora de esquecer as diferenças e somar forças contra as reformas de Lula e a sua política econômica atrelada ao capitalismo. “É hora de globalizarmos a luta. Globalizemos

a esperança”, disse Eliane, do Assentamento Terra Livre.

Ela informou que o MST, em protesto, fechou rodovias em todo o país no dia 23. Disse ainda que mais de 10 companheiros foram presos, estando entre o grupo uma mulher grávida. Alguns diretores e o advogado do Movimento também foram presos, mas até o horário do ato, ainda não tinham sido localizados.



ADUR INFORMA PÁGINA 6



Ato foi uma vitória, dizem movimentos sociais

A mobilização do dia 23 foi um canto uníssono de vitória. Para a direção nacional do MST, CUT, Conlutas e Intersindical, a iniciativa logrou unificar um número tão grande e diverso de militantes em torno de uma mesma pauta de reivindicações, como não se via desde os tempos do "Fora Collor", no início da década de 1990.

O movimento sindical, estudantil e demais articulados na jornada paralisaram atividades nos serviços públicos e empresas privadas, e realizaram atos e manifestações nos centros urbanos de todo o país.

Unificados em torno de um comunicado conjunto, que apontou a política econômica do governo como principal fator de aprofundamento dos desajustes sociais, nos últimos dias a CUT acabou se apartando dos demais com um discurso voltado ao apoio ao veto do presidente Lula à emenda 3 da Super Receita, e questões pontuais, como o PLP 001/07.

Em São Paulo, a central sindical acabou chamando um protesto quase solitário na Avenida Paulista, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), contra a derrubada do veto de Lula pelo Congresso. No ato, que reuniu cerca de mil manifestantes, não faltaram críticas veladas às organizações sindicais mais radicais.

No período da tarde, uma outra manifestação, que se seguiu a uma assembléia dos professores das universidades estaduais no Masp, também na Paulista, reuniu todos os movimentos convocados da jornada.

Dirigente da Conlutas, o diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, José Maria de Almeida, concordou com a avaliação de sucesso da jornada por conta da unificação de tantos e tão diversos setores, mas, ao precisar a necessidade de que o processo tenha uma continuidade, ponderou que o maior desafio da articulação será a superação das diferenças entre a CUT e os setores mais críticos ao governo. José Maria afirmou que, enquanto o governo continuar pagando os altos juros da dívida externa, por exemplo, nunca haverá recursos para o desenvolvimento social. "Isso é concreto. Fora isso, é apenas discurso".

Dirigente da Intersindical, o bancário Edson Carneiro, o Índio, ressaltou que, "isolados, os movimentos não conseguem nada. O desafio é construir unidade para defender direitos. Não aceitaremos reformas que retirem direitos dos trabalhadores".

Impactos e perspectivas

Para Paulo Pasin, um dos dirigentes sindicais demitidos do metrô de São Paulo, houve uma

demonstração de forças por parte dos trabalhadores que deve levar governo e Congresso a refletir, antes de mexerem direitos trabalhistas.

Por outro lado, apesar da certeza de que a mídia deverá jogar contra os movimentos, a temperatura da luta foi elevada e deve contagiar um número crescente de trabalhadores, quando se derem conta que seus direitos estão em perigo, acredita o sindicalista.

"Vai ser difícil o Congresso derrubar o veto à emenda 3 agora, bem como criar um substitutivo a ela. Também demos um recado ao Fórum da Previdência: não aceitaremos reformas", diz Pasin.

Em outubro, quando uma conclusão sobre a matéria deverá ser encaminhada pelo Fórum ao Congresso, os movimentos planejam uma grande marcha a Brasília para pressionar contra perdas de direitos.

Para o dirigente nacional do MST Gilmar Mauro, a articulação dos vários setores e movimentos - que teve início, segundo ele, nas manifestações contra o presidente dos EUA, George W. Bush, em março deste ano, e depois se consolidou no 1º de Maio de Luta, na Praça da Sé, em São Paulo - conseguiu realizar uma das maiores mobilizações da história recente do país e teve o mérito de universalizar, entre os vários atores, as pautas específicas de cada movimento, num gesto de solidariedade muito importante para o sucesso das lutas sociais.

"O recado ao Congresso, ao governo e ao Capital foi claro: amplos setores da sociedade organizada não vão deixar barato ataques aos seus direitos", afirma Mauro.

Prova disso, segundo ele, foi a paralisação de muitas categorias do setor produtivo ("como Toyota e Honda em Campinas, por exemplo") e a sinalização de que outras paralisações poderão ocorrer. Os bloqueios de rodovias também simbolizaram a capacidade de interrupção do fluxo do capital.

Fonte: Trechos da *Carta Maior*, maio de 2007



Charge: Ricardo Borges (ANDES-SN)

Unimed

Reajuste da Unimed será de 2,40%

A Diretoria da ADUR-RJ parabeniza a Comissão de Saúde da Associação de Docentes, que, em reuniões com os representantes da Unimed Costa Verde, conseguiu reverter o percentual de reajuste do plano de saúde para o índice de 2,40%, retroativo a maio. As mensalidades retroativas de maio e junho serão acertadas, respectivamente, nos meses de julho e agosto. O índice proposto inicialmente era de 4,75%, pela Tabela do IGPM, protocolado na Agência Nacional de Saúde.

Caso haja quaisquer dúvidas, por favor, entre em contato com a ADUR-RJ, que estamos à disposição para ajudá-los.

Dúvidas? Sugestões? Opinião?

Caro filiado,

Se houver qualquer problema com a Unimed Costa Verde, solicitamos, por favor, que entre em contato com a ADUR-RJ. Em nossa página na Internet (www.adur-rj.org.br) há um link (*Fale Conosco -> Dê sua opinião*) para que envie suas reclamações sobre a operadora de plano de saúde, quando em alguma situação que lhe cause descontentamento. Por este mesmo link, existe a possibilidade do filiado enviar suas sugestões à operadora. A ADUR-RJ receberá as mensagens e ficará encarregada de repassá-las à empresa.

E lembre-se: filiados UNIMED Costa Verde têm desconto na compra de medicamentos de farmácias conveniadas. Acesse o site <http://ias2.epharma.com.br/sa/sec/busca> e consulte a lista dos estabelecimentos que garantem descontos para os filiados Unimed Costa Verde.

Diretoria e Comissão de Saúde

Ressarcimento do Plano de Saúde da Unimed Costa Verde. Confira se o seu nome consta na listagem disponível no site da ADUR-RJ - www.adur-rj.org.br

Acesse o site da ADUR-RJ e veja se o seu nome consta na lista dos filiados que devem ser ressarcidos por pagamento indevido à Unimed Costa Verde. Caso esteja, por favor, entre em contato conosco. Este ressarcimento refere-se ao período de maio de 2005 a abril de 2006.

Caso seu pagamento já tenha sido efetuado, por favor, desconsidere essa mensagem.

ACESSE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.ADUR-RJ.ORG.BR

ADUR INFORMA PÁGINA 7

ADUR-RJ participa de Encontro realizado pelo SINTUR em Vassouras

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (SINTUR-RJ) realizaram em Vassouras o VII CONSINTUR, congresso do sindicato. O evento ocorreu no período de 15 a 18 de maio de 2007, tendo como tema: "TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO RESGATANDO SUA IDENTIDADE".

A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Lenir Lemos Furtado de Aguiar na mesa de abertura do evento. A presidente da ADUR-RJ também participou do debate sobre a "A Universidade, seu papel e a situação atual", no dia 17 de maio.

Ao participar da abertura do evento, a Profa. Lenir esteve à mesa com o Reitor da UFRRJ, Prof. Ricardo Motta Miranda; o Prof. Ahyas Syss, Vice-Diretor do Instituto Multidisciplinar da Rural; Rodrigo César de A. Santos, representante discente; Rolando R. Malvácio Junior, que representou a FASUBRA (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras). Os trabalhos foram conduzidos pela Coordenadora-Geral do Sindicato, Ivanilda Oliveira Silva Reis.

Todos os participantes destacaram a importância do evento para os técnico-administrativos da UFRRJ e parabenizaram a iniciativa, destacando a pertinência do evento frente ao atual momento político vivido pelos servidores públicos federais. Nos dias subsequentes, houve análise da conjuntura política nacional e internacional, assim como um debate a respeito dos rumos do movimento sindical na atualidade.

Os trabalhadores técnico-administrativos da UFRRJ também discutiram sobre PCCTAE (Plano de Cargo e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação), e sobre as reformas neoliberais do governo Lula. Dentre elas: a Reforma da Previdência, a Universitária, a Trabalhista e a Sindical. Debateu-se ainda sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Os participantes discutiram a discriminação social, racial, sexista e homofóbica, condenando todas as formas de opressão aos trabalhadores. Além disso, os técnico-administrativos da UFRRJ apresentaram ainda sua proposta de alteração estatutária para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.



Técnicos da UFRRJ em greve por tempo indeterminado a partir de 28/5

Os técnico-administrativos da UFRRJ, em assembleia realizada em 24/5, deliberaram pela greve da categoria na Universidade. De acordo com Ivanilda Oliveira, Coordenadora do SINTUR, a greve é um instrumento de luta necessário para frear as reformas neoliberais de Lula. Uma das principais bandeiras da categoria é lutar contra a transformação dos Hospitais Universitários em fundação estatal. Eles também se posicionam contra a proposta de congelamento dos salários (FLOI/07). Os servidores exigem ainda o cumprimento da pauta da Campanha Salarial 2007 e o acordo do plano de carreira.



ADUR INFORMA PÁGINA 8



Expediente

Adur Informa

Associação dos Docentes da UFRuralRJ
End.: Rod. BR 465, Km 7
Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ)
CEP: 23.851-970 – Caixa Postal: 74.537
Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464

E-mails: adurrij@adur-rj.org.br ou
imprensa@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães.

Redação e diagramação: Aline Pereira
(Reg. Profissional 25163 Mtb)

Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares

